



COMPONENTE INDÍGENA DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL



MINISTÉRIO DOS
POVOS
INDÍGENAS

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO



COMPONENTE INDÍGENA

Parte integrante do processo de licenciamento ambiental de atividade ou empreendimento com potencial de impactar povos e/ou terras indígenas, tendo como referência para presunção de impacto os limites do Anexo I, da Portaria Interministerial nº 060, de 24 de março de 2015.



MINISTÉRIO DOS
POVOS
INDÍGENAS

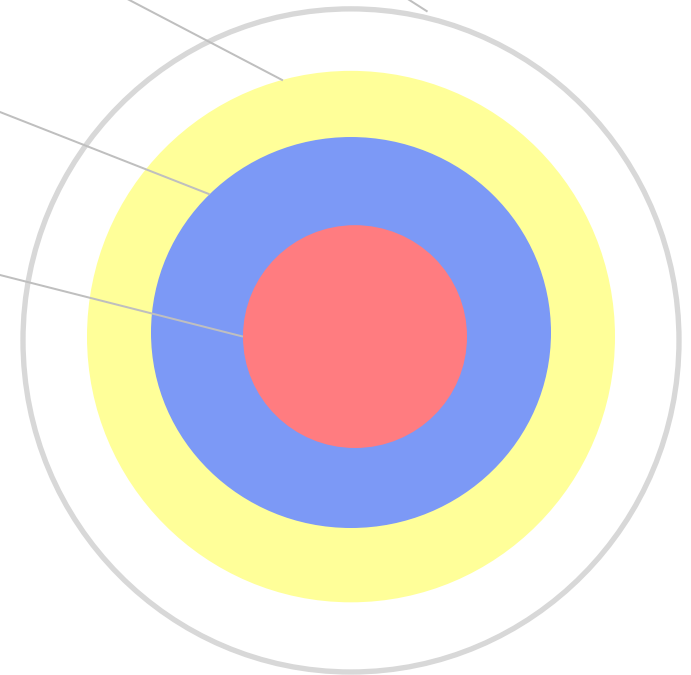


INSTRUMENTOS DA PNMA (Lei 6.938/1981, Art. 9º)

LICENCIAMENTO AMBIENTAL

EIA: MEIO SOCIOENÔMICO

COMPONENTE INDÍGENA



MINISTÉRIO DOS
POVOS
INDÍGENAS





ATUAÇÃO DA FUNAI

A Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), como órgão indigenista oficial, deve se manifestar em todo e qualquer licenciamento ambiental de empreendimentos que afetam direta ou indiretamente as terras e as comunidades indígenas.



MINISTÉRIO DOS
POVOS
INDÍGENAS



PREVISÃO LEGAL

- Artigos 225 e 231 da Constituição Federal/1988
- Convenção nº 169/OIT/89 – Consulta livre, prévia e informada
- Lei nº 5.371/67 - Autoriza a instituição da "Fundação Nacional do Índio" e dá outras providências
- Lei nº 6.001/73 - Estatuto do Índio
- Lei nº 6.938/81 - Política Nacional do Meio Ambiente
- Resolução Conama nº 237/97 - Dispõe sobre a revisão e complementação dos procedimentos e critérios utilizados para o licenciamento ambiental
- Portaria Interministerial 060/2015
- Decreto nº 7.747/2012 - Institui a PNGATI



MINISTÉRIO DOS
POVOS
INDÍGENAS



COMPONENTE INDÍGENA

Coordenação Responsável:

COORDENAÇÃO-GERAL DE LICENCIAMENTO

AMBIENTAL - CGLIC

Principais atribuições:

- Dar diretrizes e analisar os produtos
- Garantir a participação indígena no processo
- Manifestar-se ao licenciador quanto à emissão de licenças

□ Pautada pela PI 060/2015 e IN 02/2015



MINISTÉRIO DOS
POVOS
INDÍGENAS



CRITÉRIOS E PARÂMETROS

- Distância
 - Tipologia do empreendimento - potência
 - Magnitude dos impactos previstos
 - Empreendimentos associados
 - Uso e ocupação do solo na região
 - Situação do processo de regularização fundiária
 - Passivos
 - Grau de degradação ambiental da TI
 - Vulnerabilidade socioambiental
- Relação CAUSA > EFEITO > MEDIDA



MINISTÉRIO DOS
POVOS
INDÍGENAS



PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 60/2015

□ Presunção de intervenção

ANEXO I

Tipologia	Distância (KM)	
	Amazônia Legal	Demais Regiões
Empreendimentos lineares (exceto rodovias):		
Ferrovias	10 km	5 km
Dutos	5 km	3 km
Linhas de transmissão	8 km	5 km
Rodovias	40 km	10 km
Empreendimentos pontuais (portos, mineração e termelétricas):	10 km	8 km
Aproveitamentos hidrelétricos (UHEs e PCHs):	40 km* ou reservatório acrescido de 20 km à jusante	15 km* ou reservatório acrescido de 20 km à jusante

*medidos a partir do eixo(s) do(s) barramento(s) e respectivo corpo central do(s) reservatório(s)

- Em casos excepcionais, devidamente justificados, os limites estabelecidos neste anexo poderão ser alterados, de comum acordo entre o IBAMA, a FUNAI e o empreendedor.



MINISTÉRIO DOS
POVOS
INDÍGENAS



INSTRUÇÃO NORMATIVA FUNAI Nº 02/2015

- Estabelece procedimentos administrativos a serem observados pela FUNAI quando instada a se manifestar nos processos de licenciamento ambiental federal, estadual e municipal

- **Empreendimentos ou atividades potencial e efetivamente causadores de impactos ambientais e socioculturais aos povos e terras indígenas são aqueles:**
 - I. Localizadas em terras indígenas ou em seu entorno (distâncias da PI 060/2015)
 - II. Listados como tal pela resolução CONAMA 237/97



MINISTÉRIO DOS
POVOS
INDÍGENAS



TERMO DE REFERÊNCIA ESPECÍFICO

□ Principais objetivos dos estudos:

- Avaliar possíveis impactos ambientais e socioculturais decorrentes do empreendimento/atividade
- Analisar a viabilidade do empreendimento/atividade
- Apontar medidas mitigadoras e compensatórias

□ Metodologia:

- Interdisciplinar
- Pesquisa documental, bibliográfica e trabalho de campo
- Participação indígena



MINISTÉRIO DOS
POVOS
INDÍGENAS



INSTRUÇÃO NORMATIVA FUNAI Nº 02/2015

- Instada pelo órgão ambiental a manifestar-se em relação aos estudos do componente indígena – no período que antecede a emissão da **Licença Prévia (LP)**:

I – O cumprimento do Termo de Referência Específico

II – A avaliação da matriz de impactos, sob a ótica do componente indígena

III – A relação de causa-efeito entre impactos e medidas propostas para sua mitigação e controle ambiental



MINISTÉRIO DOS
POVOS
INDÍGENAS



INSTRUÇÃO NORMATIVA FUNAI Nº 02/2015

- Instada pelo órgão ambiental a manifestar-se no período que antecede a emissão da **Licença de Instalação (LI)**:

I – Adequação e pertinência do conteúdo do documento do PBA

II – Relação de causa-efeito entre impactos apontados no estudo e as medidas propostas

III – Sustentabilidade socioambiental das medidas propostas



MINISTÉRIO DOS
POVOS
INDÍGENAS



INSTRUÇÃO NORMATIVA FUNAI Nº 02/2015

- Instada pelo órgão ambiental a manifestar-se no período que antecede a emissão da **Licença de Operação (LO)**:

I – Recomendar o prosseguimento do processo de licenciamento, sob a ótica do componente indígena

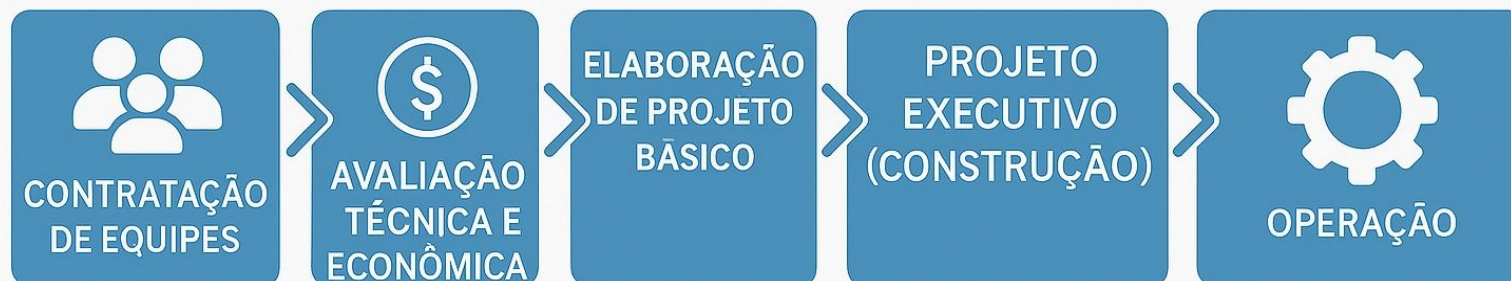
II – Apontar a existência de eventuais óbices ao prosseguimento do processo de licenciamento, sob a ótica do componente indígena, indicando, sempre que possível, as medidas ou condicionantes necessárias para superá-los



MINISTÉRIO DOS
POVOS
INDÍGENAS



FLUXO DO PROCESSO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL



MINISTÉRIO DOS
POVOS
INDÍGENAS



Fundação Nacional dos Povos Indígenas - FUNAI

Coordenação-Geral de Licenciamento Ambiental – CGLIC/DPDS

cglic@funai.gov.br

(61) 3247-6908



MINISTÉRIO DOS
POVOS
INDÍGENAS

